

**ESCRITA, USO DA ESCRITA E  
AVALIAÇÃO**

*João Wanderley Geraldi*

*A arte de narrar está  
definhando porque a  
sabedoria - o lado épico da  
verdade - está em extinção.*

WALTER  
BENJAMIN

Provavelmente o leitor procurará obter aqui alguns critérios que lhe permitam melhorar seu desempenho de professor na "correção" e na "avaliação" de redações de seus alunos. Uma das questões mais freqüentes é precisamente: "como avaliar redações?".

O título deste texto justifica essa expectativa. Revertamo-la de imediato. De fato, minha preocupação será pôr em questão precisamente a questão: "como avaliar redações?". Tentarei recuperar alguns dos problemas prévios a essa questão, e que, como tais, podem iluminar as causas que não só levam a respostas diferenciadas mas também produzem a própria questão.

## Parceria entre sujeitos

Como espero poder demonstrar, a pergunta é bem colocada: avaliar redações. Porque a ninguém ocorre avaliar o editorial de um jornal, uma conversação informal ou o discurso de um político. Normalmente, discordamos ou concordamos com um editorial; acrescentamos argumentos a favor ou contra uma idéia defendida num discurso; questionamos a oportunidade de tratar de um assunto ou ainda nos perguntamos pela validade ou pelos efeitos concretos de uma conversação, etc.

Sei que, neste momento, o leitor está se perguntando: e isso não é avaliar? Eu responderia que sim. Mas há uma diferença fundamental: quando nós, professores, nos perguntamos "como avaliar redações?", temos em mente precisamente o exercício simulado da produção de textos, de discursos, de conversações: a redação. Isso porque na escola não se produzem textos em que um sujeito diz sua palavra, mas simula-se o uso da modalidade escrita, para que o aluno se exercite no uso da escrita, preparando-se para de fato usá-la no futuro. E a velha história da preparação para a vida, encarando-se o hoje como não-vida. É o exercício.

Qualquer proposta metodológica é a articulação de uma concepção de mundo e de educação - e por isso uma concepção de ato político - e uma concepção epistemológica do objeto de reflexão -no nosso caso, a linguagem - com as atividades desenvolvidas em sala de aula. O primeiro deslocamento a fazer,

de um lado, é o da função-aluno que escreve uma redação para uma função-professor que a avalia e, de outro lado, o próprio ato de produção escolar de textos. Por quê?

Porque é impossível manter uma coerência concebendo o aluno como aquele que se exercita para o futuro, exigindo ao mesmo tempo que use com adequação a modalidade escrita da linguagem, já que esta, nas palavras de Benveniste, "é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construídas de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem".

Ao descaracterizar o aluno como sujeito, impossibilita-se-lhe o uso da linguagem. Na redação, não há um sujeito que diz, mas um aluno que devolve ao professor a palavra que lhe foi dita pela escola. Percival Leme Britto, estudando as condições de produção do texto escolar, conclui que esta "é marcada, em sua origem, por uma situação muito particular, onde são negadas à língua algumas de suas características básicas de emprego, a saber, a sua funcionalidade, a subjetividade de seus locutores e interlocutores e o seu papel mediador da relação homem-mundo. O caráter artificial desta situação dominará todo o processo de produção da redação, sendo fator determinante de seu resultado final".

Para mantermos uma coerência entre uma concepção de linguagem como interação e uma concepção de educação, esta nos conduz a uma mudança de atitude - enquanto professores - ante o aluno. Dele precisamos nos tornar interlocutores para, respeitando-lhe a palavra, agirmos como reais parceiros: concordando, discordando, acrescentando, questionando, perguntando, etc. Note-se que, agora, a avaliação está se aproximando de outro sentido: aquele que apontamos em relação ao uso que efetivamente, fora da escola, se faz da modalidade escrita.

## **O direito à palavra**

Feitas essas breves considerações, tomo-as como pontos de partida para a reflexão sobre dois textos (ou um texto e uma redação?) de crianças<sup>1</sup>:

*1. A casa é bonita.*

*A casa é do menino.*

*A casa e do pai.*

*A casa tem uma sala.*

*A casa é amarela. 2. hra uma vez  
umpionho queroia ocabelo*

*dai um emnmopinheto dapasou um*

*umenino Upo enei pionho aípasou*

*um emnino pionheto daí omenino*

*pegoupionho da amunhér pegoupionho*

*da todomundosaiogritãdo todomundo pegou*

*pionho di até sofinho begoupionho.*

Ambos os textos são de crianças em seu segundo ano de experiência escolar. Que dizer de tais textos? Os dados a propósito dos alunos nos mostram, no mínimo, um critério de avaliação da escrita, tal como ela se dá, em termos gerais, na escola. O autor do texto 1 foi aprovado no ano anterior; o autor do texto 2 repetiu a primeira série e foi, portanto, considerado como não-alfabetizado.

À luz das considerações que vínhamos fazendo, o autor do primeiro texto entendeu o jogo da escola: seu texto não representa o produto de uma reflexão ou uma tentativa de, usando a modalidade escrita, estabelecer uma interlocução com um leitor possível. Ao contrário, trata-se do preenchimento de um arcabouço ou um esquema, baseado em fragmentos de reflexões, observações ou evocações desarticuladas<sup>2</sup>. Ele está devolvendo, por escrito, o que a escola lhe disse, na forma como a escola lhe

---

<sup>1</sup> O primeiro texto é de um aluno que em 1983 freqüentava a segunda série do primeiro grau; o segundo texto é do aluno que estava, em 1984, repetindo a primeira série. Os textos foram motivos de reflexão dos professores envolvidos nos projetos "Estratégias de leitura e produção de textos" (1983) e "Desenvolvimento de práticas de leitura e produção de textos" (1984) no Programa de Integração do Ensino de Primeiro Grau, Unicamp-IEL/MEC-Sesu.

<sup>2</sup> Conforme Cláudia Lemos (1977). Nesse artigo a autora considera e analisa as "estratégias de preenchimento" utilizadas por vestibulandos em suas redações.

disse. Anula-se, pois, o sujeito. Nasce o aluno-função. Eis a redação.

O autor do segundo texto, ao contrário, usa a modalidade escrita para contar uma história. Ainda que no outro pólo do processo de interlocução a leitura possa ser prejudicada por problemas ortográficos e estruturais, há aqui de fato um texto, e não mera redação. Na verdade, o autor ainda não aprendeu o jogo da escola: insiste em dizer a sua palavra. Foi reprovado e repete a primeira série.

O fato de considerarmos a seqüência 1 como redação e a seqüência 2 como texto, e portanto avaliarmos positivamente este e negativamente aquele, não quer dizer que tal texto não apresente problemas. Que fazer com eles? O problema mais óbvio é o relativo à ortografia oficial, e a prática da produção e da leitura de outros textos ajudará o aluno a ultrapassar suas dificuldades. Apenas para facilitar, faço uma "tradução em ortografia oficial" do texto:

*Era uma vez um piolho que roía o cabelo de um menino piolhento daí passou um menino limpo sem piolho aí um menino piolhento daí o menino pegou piolho daí a mulher pegou piolho daí todo mundo saiu gritando todo mundo pegou piolho daí até seu filhinho pegou piolho.*

Mais interessante do que os problemas ortográficos, neste texto, são as influências da oralidade na escrita, repetições, uso de conectivos como "daí", estruturação da narrativa, etc. É claro que entre este texto, tal como produzido, e um texto na modalidade escrita, variedade padrão, há um caminho a percorrer. Isto se aceitarmos a hipótese de que o compromisso político da aula de língua portuguesa é oportunizar o domínio também desta variedade padrão, como uma das formas de acesso a bens que, sendo de todos, são de uso de alguns. Para percorrer este caminho, no entanto, não é necessário anular o sujeito. Ao contrário, é abrindo-lhe o espaço fechado da escola para que nele ele possa dizer a sua palavra, o seu mundo, que mais facilmente se poderá percorrer o caminho, não pela

destruição de sua linguagem, para que surja a linguagem da escola, mas pelo respeito a esta linguagem, a seu falante e ao seu mundo, conscientes de que também aqui, na linguagem, se revelam as diferentes classes sociais.

É devolvendo o direito à palavra - e na nossa sociedade isto inclui o direito à palavra escrita - que talvez possamos um dia ler a história contada, e não contada, da grande maioria que hoje ocupa os bancos das escolas públicas. É tal atitude, parece-me, dá novo significado à questão "como avaliar redações?" apontando, no mínimo, para critérios diferentes daqueles que reprovaram o autor do texto, e aprovaram o "autor" da redação.<sup>3</sup>

3 É evidente que com isso não estou querendo dizer que a criança que produziu a seqüência 1 deva ser reprovada. Ao contrário, é preciso devolver-lhe o direito de dizer a sua palavra. Talvez, com a devolução, seus textos percam o asseio a que nossos olhos se habituaram...

---

<sup>3</sup>É evidente que com isso não estou querendo dizer que a criança que produziu a seqüência 1 deva ser reprovada. Ao contrário, é preciso devolver-lhe o direito de dizer a sua palavra. Talvez, com a devolução, seus textos percam o asseio a que nossos olhos se habituaram...